



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Gabinete do Conselheiro Guilherme Antonio Maluf

Telefone(s): 65 3613-7546 / 7577 / 7540 / 7542 / 7543 / 7545 / 7547 / 7548

E-mail: gab.guilhermemaluf@tce.mt.gov.br

Ofício nº : 793/2019

Cuiabá-MT, 02 de agosto de 2019

A Sua Excelência o Senhor  
**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de  
Nova Bandeirantes – MT

Assunto: **Citação - Processo nº 16.733-9/2018**

Senhor Prefeito,

Com fundamento nos artigos 6º, 59, 60, 61, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT) e 89, VIII e 257 da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE/MT), **CITO-LHE** para que tome ciência do Processo nº 16.733-9/2018, cuja cópia segue anexa e, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste, apresente as suas alegações de defesa acerca das irregularidades apontadas no Relatório Técnico das Contas Anuais de Governo de 2018 da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, confeccionado pela Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo deste Tribunal, fazendo consignar em sua resposta o número do citado processo.

Ressalta-se que o não atendimento no prazo regimental implicará o prosseguimento normal do referido processo com a aplicação dos efeitos da revelia, nos termos do artigo 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica e do artigo 140, § 1º, do Regimento Interno.

Por fim, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 475/2012, alerta-se que as futuras comunicações referentes a este processo serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

(assinatura digital)<sup>1</sup>





**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**Gabinete do Conselheiro Guilherme Antonio Maluf**

Telefone(s): 65 3613-7546 / 7577 / 7540 / 7542 / 7543 / 7545 / 7547 / 7548

E-mail: gab.guilhermemaluf@tce.mt.gov.br

**CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**  
Relator

---

1 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

